



PREGUNTAS DE ESCLARECIMENTO

6TO CONCURSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

MEDELLIN, COLÔMBIA

25-29 DE NOVIEMBRO DE 2019

1. Que medidas específicas afirmativas, temporárias ou permanentes, o Estado já tomou para prevenir, punir e erradicar a violência de gênero, no contexto da migração massiva que está acontecendo em Tributaria?

Consulte os fatos do caso.

2. Em que fase do processo encontra-se a ação por prejuízos instaurada pelo defensor público de Evarista e Maritza? Nesse sentido, o Estado forneceu algum tipo de reparação extrajudicial às vítimas?

A ação foi declarada inadmissível em primeira instância. A defesa apelou a decisão e até hoje está pendente a resolução de segunda instância. O Estado não forneceu até o momento nenhum tipo de reparação extrajudicial às presuntas vítimas.

3. Em que data o Tribunal Constitucional de Tributária decidirá sobre a descriminalização do trabalho sexual formal?

Em 16 de agosto de 2019, o Tribunal Constitucional declarou a constitucionalidade da Lei 4269 de 2017, alterando sua jurisprudência do ano de 1997.

4. Nos termos dos parágrafos 46 e 48 dos fatos do caso, quais foram as razões do juiz da Primeira Corte para impor a medida de prisão preventiva contra Evarista e Maritza? As razões unicamente consideraram as petições do procurador?

O juiz aceitou as alegações do Ministério Público e ordenou a detenção preventiva das presuntas vítimas ao considerar que havia risco de escape, por serem migrantes fangorianas.





5. O parágrafo 59 do presente caso indica que foi negada a Evarista a tramitação de um novo PEP para realizar trabalho sexual formalmente. Esta decisão implica o esgotamento da via administrativa?

Sim, a decisão mencionada esgotou a via administrativa.

6. Resulta do parágrafo 18 dos fatos do caso que toda lei adotada no Estado de Tributária – no entendimento de que "adoção" implica tanto a promulgação quanto a publicação da Lei- passa automaticamente por um controle de constitucionalidade. Durante ese controle, os efeitos da norma "adotada" estão suspensos, ou desde quando a Lei entra em vigor?

A Constituição do Estado de Tributária limita os alcances do controle automático de constitucionalidade exercido pelo Tribunal Constitucional, unicamente para certos tipos de Leis. Entre elas, as leis que eles modificam a política criminal do Estado. Além disso, a Constituição indica que as disposições que passam por um controle automático de constitucionalidade não terão efeito até o Tribunal Constitucional tomar uma decisão.

Sob esse marco regulatório, o Tribunal Constitucional decidiu revisar a Lei 4269 e, em 16 de agosto de 2019 declarou sua constitucionalidade.

7. Quais programas ou políticas foram implementados pela República de Tributária para aumentar a conscientização e evitar atos de discriminação contra as mulheres, especialmente considerando os discursos de xenofobia e hipersexualização das mulheres Fangorianas?

Consulte os fatos do caso.

8. O sistema jurídico de Tributária dispõe em seu Código Penal algum tipo penal que defina ou aumente as penas daqueles que exercem funções públicas (incluindo a força pública) quando eles cometem crimes, como tráfico de pessoas?

Sim, o Código Penal afirma que a pena do crime será agravada em 1/3, se quem o cometer for um funcionário público.





9. O agente de migração, além de perguntar a Maritza e Evarista sobre o trabalho que elas iriam fazer e sobre o lugar onde elas se hospedariam, que outras perguntas ele fez para determinar se elas precisavam de ajuda humanitária ou se corriam o risco de serem vítimas de tráfico?

Consulte os fatos do caso.

10. Levando em consideração o disposto no parágrafo 12 dos fatos do caso em relação ao PEP, quais são os requisitos iniciais para sua procedência e renovação?

O PEP é concedido a todas as pessoas em Fangoria que provam, *prima facie*, que foram forçados a migrar de seu país como consequência da crise exacerbada a partir de 2012 e que não solicitam nenhum tipo de proteção internacional. O PEP permite ao beneficiário de realizar atividades econômicas, sujeitos ao pagamento de impostos, no âmbito da legislação tributarense. As pessoas podem renovar o PEP anualmente, desde que não tenham sido condenados por cometimento de um crime a nível nacional ou internacional.

11. De acordo com o disposto no parágrafo 18 dos fatos do caso, quais são os efeitos do controle automático de constitucionalidade das leis adotadas?

Consulte a resposta da pergunta número 6.

12. Em relação com o disposto no parágrafo 39 dos fatos do caso, que treinamentos o médico teve para aplicar as exames clínicas às vítimas de violência sexual?

O médico encarregado de fazer as provas clínicas as supostas vítimas possui uma ampla experiência em atendimento a vítimas de violência sexual. Foi chamado para apoiar na operação "Cupido" devido à sua trajetória na atenção deste tipo de situações.

13. Qual é a definição de refugiado segundo a legislação interna da República de Tributária?

Veja o parágrafo 13 do caso.





14. Segundo o ordenamento jurídico interno da República de Tributária, enquanto a constitucionalidade da lei está pendente de confirmação, o controle automático de constitucionalidade (citado no parágrafo 18) implica na suspensão da vigência da lei?

Veja a resposta à pergunta número 6.

15. Além dos elencados no parágrafo 12, quais são os requisitos para que uma pessoa obtenha a licença temporal de trabalho dentro do “Programa Especial para brindar licenças temporais de trabalho” (PEP)?

Veja a resposta à pergunta número 10.

16. Após a absolvição da Sra. Maritza, esta manifestou interesse pela inclusão no Serviço Social de Apoio às Vítimas de Tráfico de Pessoas e/ou foi nele incluído de ofício? Em caso de manifestação de interesse, que medidas foram adotadas para concretizar sua inclusão no Serviço?

Maritza Guerra não solicitou ser beneficiária do Serviço Social de Apoio às Vítimas de Tráfico de Pessoas. Seu defensor público somente iniciou ações judiciais mediante a apresentação da ação de danos e prejuízos. O Estado não adotou nenhuma ação de ofício para incluir a suposta vítima nesse programa social.

17. Em algum momento após as suas libertações, as Sras. Maritza e Evarista solicitaram proteção internacional ao Estado de Tributária por meio do reconhecimento de status de refugiado? Em caso positivo, que medidas foram adotadas?

Não, nenhuma das supostas vítimas solicitaram seu reconhecimento como refugiadas.

18. Quais são as etapas e procedimentos, bem como os meios de defesa no sistema de justiça do Estado Tributário?

Consulte os fatos do caso.





19. Quanto à ação por prejuízos promovida pela Maritza, em 5 de janeiro de 2017, qual foi o sentido do julgamento e as razões da resolução, assim como a data em que foi emitida e cumprida?

Consulte a resposta da pergunta número 2.

20. Em relação à Lei 2810 (Lei 2810 – Lei Marco para a acolhida solidária das pessoas migrantes provenientes de Fangônia) do ano de 2013, o Conselho de Estado, sendo um órgão administrativo, determinou manter os efeitos de uma lei que encontrava-se em discussão por não obter consenso legislativo, com base no princípio pro persona; porém, com relação à Lei 4269 de 2017, está sujeita a um controle automático de constitucionalidade pelo Tribunal Constitucional, sendo este um órgão jurisdicional que determinará a constitucionalidade da referida lei, entendendo que ainda não entrou em vigor. Nesse sentido, quais são os pressupostos para aplicar ou suspender uma lei e em quais casos é competência do poder legislativo, administrativo e judiciário?

Consulte a resposta à pergunta número 6

21. O que diz a norma processual interna de Tributária no que se refere à prisão preventiva?

O ordenamento jurídico de Tributaria estabelece que a prisão preventiva somente pode ser aplicada frente a supostos de risco de fuga ou obstaculização das investigações judiciais. O juiz responsável por decidir sobre a medida cautelar deverá ter em conta os critérios de necessidade, proporcionalidade e razoabilidade, ademais do cumprimento de um dos referidos supostos. A medida somente pode ser imposta por um máximo de 24 meses.

22. Como funcionam os recursos internos de Tributaria no que se refere às instâncias, às matérias e ao tempo para a interposição e julgamento?

Veja os fatos do caso.

23. O sistema interno de Tributaria prevê algum prazo máximo de duração de inquérito policial? Se sim, qual?





A investigação penal tem um prazo máximo de 18 meses, com a possibilidade excepcional de prorrogação.

24. Como foi construído o material provatório pelo Ministério Público, no processo criminal contra Maritza Guerra e Evarista Cristóbal?

Consulte os fatos do caso.

25. Quais são os requisitos para acessar ao procedimento de aborto segundo a regulação em vigor na República de Tributária?

Consulte os fatos do caso.

26. O que estabelece a Lei penal da República de Tributária em relação aos padrões provatórios e recursos processuais?

O marco regulatório descansa sob o princípio da presunção de inocência, portanto, o ônus da prova é responsabilidade do Ministério Público. Qualquer decisão sancionatória pode ser recorrida em uma segunda instância.

27. Como é o regime do habeas corpus no Estado de Tributária? Isto é, como o habeas corpus é aplicado no Estado de Tributária?

O marco regulatório do recurso de habeas corpus do Estado de Tributária recolhe os principais critérios da Opinião Consultiva nº 8 da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

